

A CONDIÇÃO E O PAPEL DAS MULHERES EM CADEIAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO COM PRODUTORAS RURAIS NO PARANÁ

WOMEN'S CONDITION AND THEIR ROLE IN SUSTAINABLE AGRIFOOD CHAINS: A STUDY WITH FEMALE RURAL PRODUDERS IN PARANÁ

Allana Facchini da Silva
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
allanafacchini@gmail.com

Sandra Mara de Alencar Schiavi
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
smaschiavi@uem.br

Grupo de Trabalho (GT): 13. Modelos de intervenção e/ou relatos de experiências práticas para o desenvolvimento rural

Resumo

Dada a relevância do papel da mulher na agricultura familiar, especialmente ao se considerar a busca pela sustentabilidade, este trabalho teve como objetivo principal compreender a inserção da mulher em cadeias agroalimentares sustentáveis no Paraná. Ao se considerar a relevância da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, compreendemos a necessidade de construção do percurso da extensão a partir das bases bibliográficas em torno da temática. Com isso, articulamos as principais temáticas identificadas na revisão da bibliografia especializada em três principais eixos: organização do trabalho, tomada de decisão e questão identitária. Assim, foi realizado um trabalho de revisão bibliográfica que, por sua vez, foi complementado com uma apresentação de dados obtidos por meio das atividades de extensão junto a produtoras rurais no Paraná, especialmente envolvendo aplicação de questionário para diagnóstico preliminar e oficinas participativas com grupos de produtoras. Como resultados, foi possível notar que embora ainda existam “amarras” – principalmente impostas pela conformação patriarcal das sociedades – que impedem com que as mulheres se alcem a condições equânimes a dos homens na produção rural, existem movimentos orgânicos para a mudança e promoção de inserção mais adequada de mulheres em cadeias de valor sustentáveis. Esses movimentos, por sua vez, têm contribuído não só para essa inserção mais ampla dessas mulheres na produção e em processos decisórios, como também indicam a existência de alterações mais gerais na organização da produção rural como um todo. Por fim, destaca-se a relevância do alinhamento pesquisa-extensão, favorecendo um olhar apropriado sobre a questão em estudo para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: pesquisa e extensão; mulheres agricultoras; gênero; relato de experiência.

Abstract

Given the relevance of women's role in family farming, especially when considering the search for sustainability, this work's main objective was to understand the insertion of women in sustainable value chains in Paraná. When considering the relevance of the inseparability of teaching-research-extension, we understand the need to build the extension path based on the bibliographic bases around the theme. With this, we articulate the main themes identified in the review of the specialized bibliography into three main axes: work organization, decision-making and identity issues. Thus, a bibliographical review work was carried out which, in turn, was complemented with a presentation of data obtained through extension activities with rural producers in Paraná, especially involving the application of a questionnaire for preliminary diagnosis and participatory workshops with groups of producers. As a result, it was possible to note that although there are still “ties” – mainly imposed by the patriarchal conformation of societies – that prevent women from achieving equal conditions with men in rural production, there are organic movements for change and promotion of insertion more adequate use of women in sustainable value chains. These movements, in turn, have contributed not only to this broader insertion of these women in production and decision-making processes, but also indicate the existence of more general changes in the organization of rural production as a whole. Finally, the relevance of research-extension alignment stands out, favoring an appropriate look at the issue under study for rural development.

Keywords: research and extension; women farmers; gender; experience report.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura sustentável tem sido caracterizada a partir de um quadro de contraposição à agricultura industrial e produtivista – que direciona seu foco às monoculturas e ao mercado global a partir elevada escala produtiva e um alto nível de mecanização. A então chamada agricultura sustentável, por outro lado, é composta por elementos como: uso intensivo de mão-de obra; produção de orgânicos; foco no mercado local e regional; redução do uso de produtos químicos agrícolas, desenvolvimento de economias alimentares locais, dentre outros aspectos. A partir do debate em torno da agricultura sustentável, têm se fortalecido discussões que relacionam essa forma de produção rural – e visão de mundo – a aspectos sobre como estabelecer uma relação mais harmoniosa e sustentável com o meio ambiente e, também, em como promover ações de justiça social para produtores e produtoras (TRAUGER, 2007). Dessa forma, compreende-se que a “agricultura sustentável é aquela que equilibra de forma equitativa as preocupações de solidez ambiental, viabilidade econômica e justiça social entre todos os setores da sociedade” (DELIND, 1994, p. 147, tradução nossa).

As discussões acerca da transição justa e sustentável tem preconizado elementos que se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre os quais o ODS 5, que versa sobre igualdade de gênero (ONU, 2015). É nesse sentido que a importância de discussões, produções e ações voltadas à promoção da igualdade de gênero no âmbito da agricultura familiar e sustentável merecem destaque – complexificando e demonstrando, com isso, a importância de se ampliar o debate em torno da agricultura familiar. Isto porque, embora a atuação de mulheres seja central na produção rural – representando cerca de 45,2% da força de trabalho nas atividades produtivas nas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) (EMBRAPA, 2023) – elas um espaço de grande invisibilidade diretamente associada a dificuldade de construção de uma identidade enquanto produtoras rurais (DARQUE, 1988; WHATMORE, 1991; TRAUGER, 2007; ANNES & WRIGHT, 2015; CONTZEN & FORNEY, 2016).

Para além desse elemento da “invisibilidade”, é comum que recaia sobre as produtoras rurais a falta de reconhecimento; a vivência em um trabalho não remunerado; o acesso desigual – em relação aos seus parceiros – à condição profissional e à propriedade de terra e renda individual; e uma situação de desigualdade nas tomadas de decisão (CONTZEN & FORNEY, 2016). Por isso, na aproximação com a condição vivenciada pelos seus parceiros, para autoras como Ferreira e Matos (2017), as mulheres agricultoras enfrentariam o que foi denominado de uma “dupla dependência”:

A primeira dependência está relacionada ao fato de serem camponesas e, historicamente, o campesinato é um grupo cuja inserção social se dá em condições subordinadas em relação ao conjunto da sociedade. Ser camponês em uma sociedade industrializada e urbanizada está associado ao atraso, à ignorância, ao apego à tradição, ao conservadorismo. Significa, nesse contexto, não ser moderno e, portanto, ser inferior. E a segunda dependência está relacionada ao fato de serem mulheres imersas em relações familiares desiguais e hierárquicas, onde a opressão feminina é naturalizada (FERREIRA; MATOS, 2017, P. 39).

Diante desse panorama, com o objetivo de compreender a inserção das mulheres na produção rural, três principais eixos se fizeram notórios na revisão da literatura especializada, são eles: organização do trabalho; tomada de decisão e a questão identitária. Tais aspectos,

todavia, – embora sejam, muitas vezes, trabalhados isoladamente em diversas investigações – foram entendidos nesta pesquisa como intimamente relacionados, sendo esta uma importante contribuição, somente possível a partir da interação pesquisa-extensão. Identificou-se, dessa forma, que, ao serem aproximadas, essas categorias se complementavam e, mais do que isso, se retroalimentavam. Sendo assim, com esse resultado, com este trabalho buscamos compreender a inserção da mulher na atividade rural e em cadeias agroalimentares, considerando as condições, seu papel e a articulação entre os três elementos encontrados na literatura.

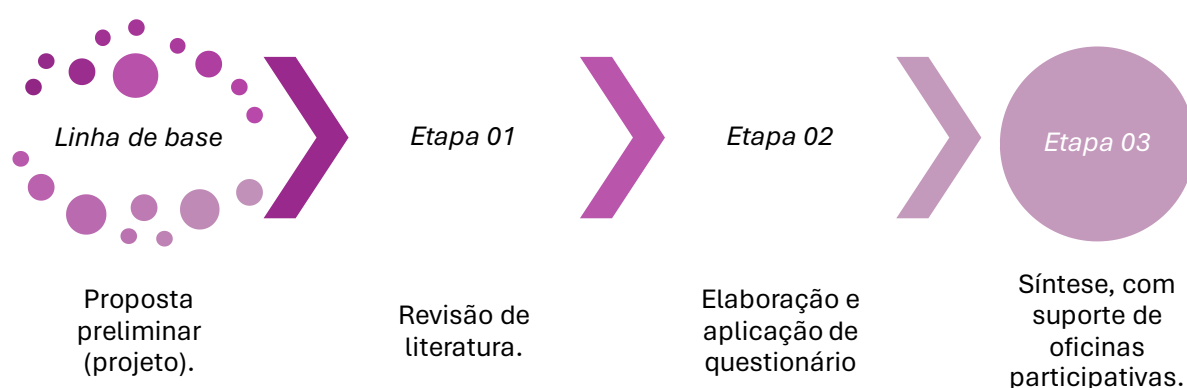
Para alcance dos objetivos propostos, este artigo está estruturado da seguinte maneira: além dessa introdução, apresentamos o percurso metodológico construído (seção 02). Na terceira seção, apresentamos os resultados do trabalho, trazendo uma interlocução entre a literatura e achados provindos das atividades de campo. Por fim, na seção 04 trazemos algumas considerações finais.

2. Percurso metodológico

Esse trabalho possui um caráter exploratório, indutivo e dedutivo e mescla metodologias de pesquisa qualitativa e quantitativa, contando, assim, com a análise de fontes primárias e secundárias. É importante mencionar que esse trabalho foi desenvolvido a partir de projeto de pesquisa e extensão voltado para mulheres agricultores na Paraná. Contando com financiamento da Fundação Araucária, o projeto tem como objetivo principal desenvolver junto a mulheres agricultoras competências em termos de planejamento, estratégia, liderança e gestão, visando à sua inserção em cadeias agroalimentares no estado, especialmente considerando coletivos de produtoras rurais.

Perseguindo o objetivo proposto, e tendo como aspecto condutor do trabalho a interação pesquisa-extensão e a construção do quadro de análise a partir da literatura, com base em metodologias participativas, buscamos compreender como as próprias produtoras se entendem nesse papel e em suas funções. Dessa forma, a metodologia dessa investigação foi separada em três etapas, conforme figura 01.

Figura 01: Etapas do percurso metodológico



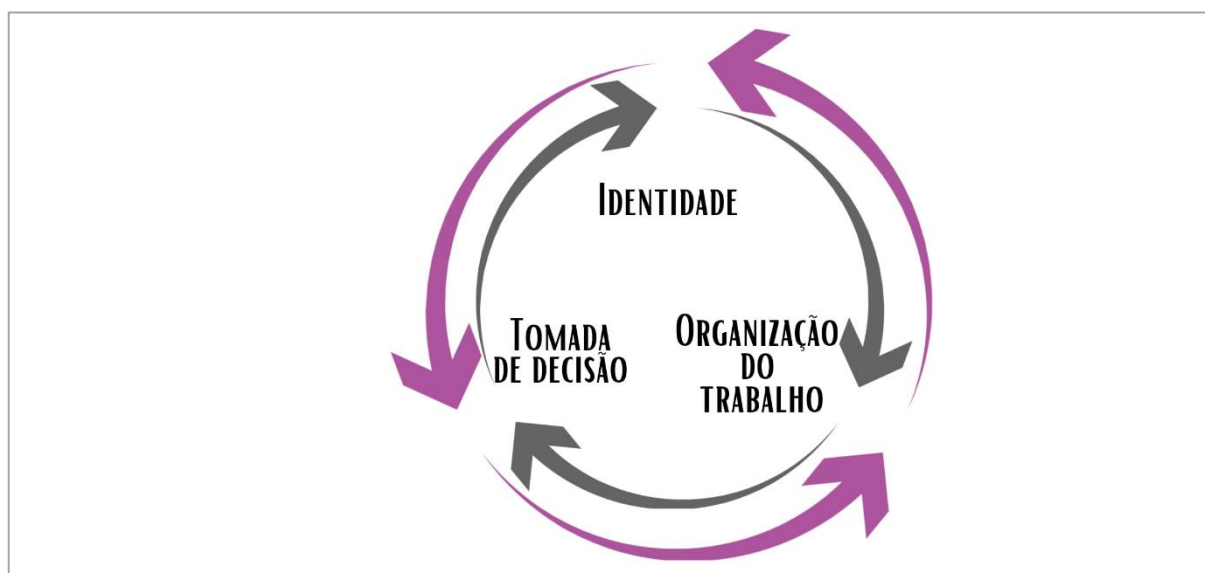
Fonte: elaborado pelas autoras.

A linha de base para início da execução da proposta de pesquisa e extensão foi o próprio projeto aprovado pelo órgão financiador. A proposta trazia um levantamento bibliográfico preliminar, que seria aprofundado durante as etapas iniciais do projeto. Essa aprofundamento traria bases para construção mais consistente do quadro de análise, aprimorado com dados preliminares provindos das atividades de campo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que

aprofundávamos a leitura acerca dos elementos relevantes para compreensão da inserção de mulheres em cadeias agroalimentares sustentáveis, buscávamos informações de campo para dar complementar, ratificar e/ou dar os contornos desse quadro de análise. As atividades de campo nos permitiram reflexões advindas de oficinas participativas com produtoras rurais e a discussão de dados obtidos por meio da aplicação de um questionário preliminar para diagnóstico e identificação de coletivos de produtoras rurais no Paraná.

Assim, a primeira etapa do trabalho consistiu na revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional especializada nos Periódicos Capes e Google Scholar, por meio da combinação de palavras-chave como: *agriculture, gender, labor e family farming*. A partir da busca, foram identificados mais de 200 trabalhos, predominantemente artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Desse total, após leitura de título, resumo e palavras-chave, foram selecionados aqueles mais relevantes para análise aprofundada. Assim, com a leitura e fichamento dos textos encontrados, selecionados e filtrados, foi possível identificar, conforme mencionado previamente, a importância de três principais temáticas: identidade, divisão do trabalho e tomada de decisão, conforme ilustrado na figura 02. A partir disso, partimos para a segunda etapa: a formulação de um questionário.

Figura 02: Elementos para compreensão da inserção de mulheres em atividades rurais



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerando os três principais pontos identificados na bibliografia, o questionário – que foi veiculado por meio do *Google Forms* – contou com perguntas abertas e fechadas, e foi dividido em quatro seções: 1) Seção socioeconômica; 2) Seção de configuração familiar e organização do trabalho; 3) Seção de caracterização da condição da mulher na produção e verificação de espaço/disponibilidade para o desenvolvimento de lideranças e 4) Seção de perguntas abertas sobre desejos e expectativas para o futuro.

O questionário foi aplicado presencialmente, de maneira remota ou com apoio de técnicos extensionista do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), junto a 95 produtoras rurais de diferentes regiões do estado do Paraná. A média etária das respondentes do presente questionário era de 45 anos, sendo que 63,2% se autodeclararam brancas, 32,6%

pardas e 4,2% pretas. Entre elas, 49,5% assinalaram o ensino médio como o seu nível mais alto de escolaridade; 17,9% marcaram o ensino fundamental e 12,6% o ensino superior¹.

A partir dos dados obtidos por meio desse questionário, nos direcionamos para a terceira etapa metodológica: seleção dos dados mais relevantes considerando o objetivo do artigo; esquematização, síntese e produção gráfica dos dados obtidos. De forma adicional, incluímos ao longo do texto algumas reflexões adquiridas através da realização de oficinas participativas que foram realizadas com três grupos de produtoras rurais. Nessas oficinas, tínhamos como objetivo compreender a trajetória individual de cada uma delas, a jornada do grupo ali presente e, também, compreender os seus desejos e anseios futuros.

A metodologia dessas oficinas participativas, vale a menção, consiste em tornar as participantes da atividade as principais expositoras e condutoras da discussão. Isto é, tem como objetivo, ao contrário de palestras expositivas, compreender a visão dos/as participantes sobre determinado assunto e sistematizar essas falas em painéis que expressem como aquele coletivo reflete a temática em tela, seguindo uma abordagem participativa. No projeto, temos desenvolvido trabalhos com metodologias participativas com quatro grupos de produtoras rurais no Paraná, sendo coletivos formalizados (associações ou cooperativas) ou não. Os grupos atuam em diferentes contextos ao longo da cadeia, podendo ser focados em um produto em específico (produtoras de café), engajadas coletivamente em atividades de processamento (agroindústria familiar), motivadas no coletivo por questões fundiárias (assentadas de programa da reforma agrária) ou por canais de comercialização (mercado institucional). Até o presente momento, foram realizadas um total de sete oficinas com os diferentes grupos, sendo previstas um total de doze a quinze oficinas com os quatro grupos.

Finalmente, fechamos o círculo dessas etapas, analisando criticamente o que foi coletado – tanto no questionário, quanto nas oficinas – e aproximando as reflexões teórico-metodológicas e empíricas encontradas na primeira etapa de revisão de literatura.

3. Resultados

Para apresentação dos resultados, e considerando a proposta desse trabalho, apresentamos os resultados considerando as interrelações encontradas entre os três elementos para compreensão da inserção de mulheres em cadeias agroalimentares sustentáveis (organização do trabalho – tomada de decisão – identidade). Primeiramente, apresentamos uma discussão acerca de identidade e trabalho produtivo e reprodutivo, compreendendo importantes componentes da organização do trabalho. Em seguida, apresentamos reflexões que envolvem tomada de decisão e organização do trabalho.

Identidade e trabalho produtivo e reprodutivo de produtoras rurais

Conforme exposto acima, o foco desta investigação está na compreensão da condição das mulheres na produção rural. Inicialmente oferecemos algumas reflexões iniciais sobre a agricultura sustentável e como ela está intimamente relacionada a ideais de justiça social – que, por sua vez, redobra o peso da importância de buscar melhores condições de trabalho às produtoras rurais. Não obstante, é necessário afunilar ainda mais esse ambiente no qual elas estão inseridas, isto é: a agricultura familiar. Assim como sugerido na própria nomenclatura, se trata de um trabalho realizado em família, em um contexto no qual os indivíduos estão interligados simultaneamente por laços profissionais e familiares. Significa, também, que a

¹ Detalhamento: 9,5% assinalaram a pós-graduação como o nível mais alto de escolaridade; 7,4% o ensino básico; 2,1% não frequentaram a escola, mas sabem ler e escrever e 1,1% não sabe ler e escrever.

renda dessa atividade laboral será uma renda familiar e além de prover a subsistência daquela família, será a responsável pela renda individual de cada um dos seus membros.

Dessa forma, em um esforço de síntese, a agricultura familiar pode ser caracterizada pelos seguintes elementos: 1) a família é definida a partir de uma relação inerente entre a família em si e o negócio familiar (a fazenda); 2) A principal lógica de organização do trabalho e de responsabilidades (como de tomada de decisão) é baseada em uma díade principal: marido-mulher/ pai-filho etc.; 3) os projetos e aspirações individuais são confrontadas com as prioridades dos negócios da fazenda e 4) embora as configurações de fazendas familiares sejam parcialmente definidas por um elemento estável relacionado ao local, elas estão em constante evolução no tempo, tanto do lado da família quanto do lado empresarial (CONTZEN; FORNEY, 2016).

Assim sendo, é possível afirmar que o ambiente familiar se confunde com o ambiente de trabalho e, considerando os papéis de gênero atribuído às mulheres no ambiente doméstico – e na sociedade de modo geral –, essa interposição familiar e profissional afeta as mulheres e os homens diferentemente. Isso porque, os papéis de gênero são carregados de estereótipos e categorizações socialmente construídas do que significa ser homem e do que significa ser mulher, influenciando diretamente na divisão sexual e social do trabalho.

Esse processo, por sua vez, se diferencia e se especifica no contexto rural. Isto é, aos homens caberiam os papéis de produtores, gerenciadores e fazendeiros que, geralmente, são apontados como os responsáveis por realizarem a maior parte do trabalho no campo – notadamente os que envolvem trabalho mecanizado e com defensores agrícolas químicos artificiais e às mulheres, em contrapartida, recai os estereótipos de serem apenas “ajudante” ou “esposas de produtores”. Assim, a elas, normalmente, destinam-se funções tidas como “mais leves” como o cuidado de animais pequenos (bezerros, galinhas, ovelhas etc.), na jardinagem, na ordenha, hortas, ou em processos de agroindústria – além de ficarem, na prática, quase que integralmente responsáveis pelo cuidado com a casa e com a família (CONTZEN & FORNEY, 2016).

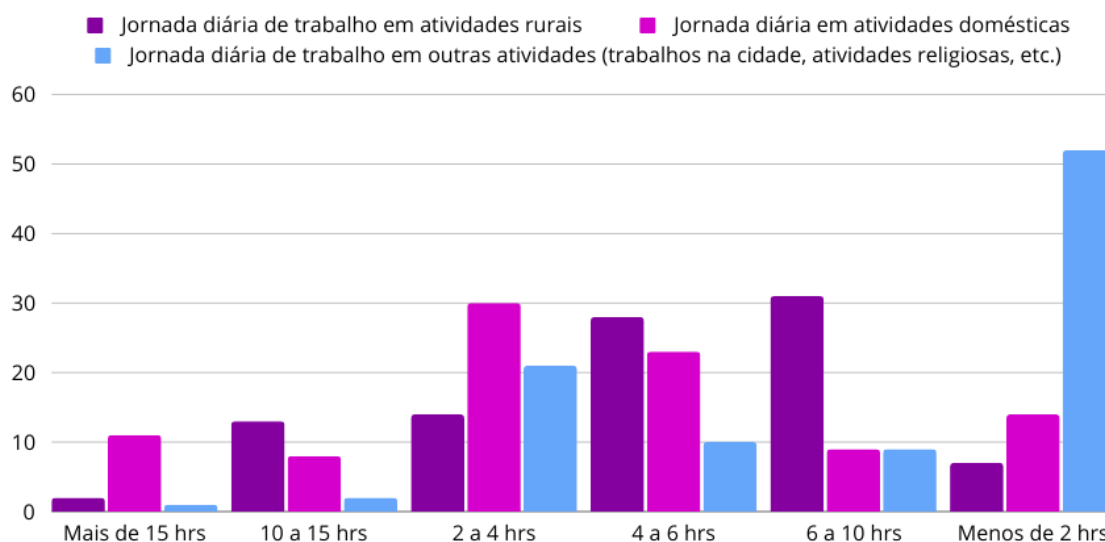
Tais papéis de gênero, vale a menção, foram compostos a partir de uma divisão sexual do trabalho que se ancora sob bases patriarcais e paternalistas. Essas bases, por sua vez, partem do pressuposto que o trabalho pesado na roça, ou seja, aquele aproximado à atuação dos homens, seria hostil às mulheres. Assim, ainda que cotidianamente as mulheres agricultoras estejam submetidas a condições laborais tão exaustivas quanto os homens, no imaginário social, prevalecem as noções comum às sociedades patriarcais que as mulheres não se interessam por esse tipo de trabalho ou mesmo de que não seriam capazes de realizá-lo.

Na realidade, como consta na literatura especializada, essas noções se diferenciam e assumem uma complexidade à parte no ambiente rural. Isto porque a atividade profissional dessas mulheres está intrinsecamente relacionada à dimensão familiar, na qual suas funções diárias laborais na roça não se dissociam das atividades domésticas, atuando, assim como definido por Faria (2009), como uma extensão do trabalho doméstico e, portanto, como seguimento das esferas produtivas e reprodutivas (NASCIMENTO; MOTA, 2019).

Dessa maneira, embora as mulheres possuam um papel de máxima relevância e importância na produção rural, atuando como agentes centrais na agricultura de tipo familiar e sustentável, as suas formações identitárias enquanto produtoras rurais passam por uma série de processos de deslegitimação. Essas associações e o papel de gênero atribuído às mulheres, acabam incorrendo na manutenção de estereótipos de fragilidade, inferioridade e incompletude que, por sua vez, torna inatingíveis a elas as características consideradas necessárias a “bom fazendeiro/produtor rural/agricultor” (SERPOSSIAN; COQUIL, ANNES, 2022; TRAUGER, 2007). Por outro lado, essas mesmas características são muito mais relacionáveis e possíveis ao homem.

O fato de a noção de “trabalhador ideal” estar diretamente associada aos homens é um elemento muito presente na bibliografia especializada. Assim como destacado por Serpossian, Coquil e Annes (2022) e Trauger (2007), esse trabalhador ideal seria, em linhas gerais, aquele sujeito que pode se dedicar exclusivamente ao trabalho no campo e que direciona todo seu tempo e atenção ao trabalho. Por essa perspectiva, por precisarem se dedicar a múltiplas funções, como o cuidado com a casa e com os filhos, para além do trabalho no campo, as mulheres seriam – como algo quase natural – impedidas de serem esse tipo ideal de “produtor modelo”. Esse elemento, que pode ser traduzido conceitualmente como o enfrentamento de uma dupla jornada de trabalho foi preponderante, também, nas respostas obtidas por meio da aplicação do questionário. Ao serem questionadas sobre como as tarefas domésticas eram realizadas, 35,8% das produtoras alegaram que realizavam as tarefas domésticas e dividia algumas atividades seus companheiros; 22,1% realizavam as tarefas e dividiam algumas atividades com seus filhos e filhas e 18,9% realizavam todas as tarefas sozinha.

Gráfico 01: Jornada de trabalho em horas



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Com o Gráfico 1, no qual está exposto, em um exercício de comparação, a quantidade de horas dispendidas em trabalhos domésticos e rurais, essa dupla jornada de trabalho – ou tripla, considerando atividades externas a propriedade – torna-se mais clara. Assim, acumulam-se as horas e o planejamento mental do que é realizado por elas no âmbito doméstico (cuidados com limpeza e abastecimento da casa, com os filhos e com a alimentação); na produção rural (*on-farm*) e nas atividades externas (*off-farm*) – que, por sua vez, pode possuir uma dupla interpretação.

Essa dimensão externa pode ser vista tanto como mais um elemento agregador de trabalho – e, portanto, como mais um peso que contribui no acúmulo de tarefas dessas mulheres –, mas também como um canal de interação e sociabilidade para além da dimensão familiar. Considerando esse segundo ponto, isto é, de que o envolvimento *off-farm* funcionaria como um meio de criar novos laços sociais e de viabilizar o exercício do relacionamento público dessas produtoras rurais – e também levando em conta que a grande maioria das respostas obtidas com o questionário refletem no exercício de menos de duas horas de atividades desse tipo –, uma reflexão merece espaço. Isso porque, um ponto em

comum de considerável relevância retratado na literatura especializada foi o processo de isolamento vivido pelas mulheres no ambiente rural.

Esse isolamento pode ser devido à falta de tempo dessas mulheres para se envolver em outras atividades – considerando a longa e dupla jornada de trabalho que elas já enfrentam –; ao afastamento espacial da propriedade rural em que elas residem de outras propriedades e da cidade ou até mesmo em virtude da impossibilidade de se deslocar sozinhas. Fato é que, conforme consta na bibliografia, é comum que essas mulheres se sintam sozinhas e isoladas, principalmente após a independência de seus filhos, que suscita o interesse de estabelecer novos laços sociais:

As pesquisas que analisaram as experiências das mulheres na agricultura mostraram que o longo período de modernização da agricultura contribuiu fortemente para o seu isolamento (Lagrange, 1988). De fato, a modernização levou ao desaparecimento dos lugares de socialização feminina, contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços de produção e para o seu confinamento à esfera doméstica. (SERPOSSIAN, COQUIL, ANNES, 2022, p.6, tradução nossa).

Dessa forma, espaços como a igreja, o comércio, a feira, e demais atividades *off-farm* podem ser consideradas como caminhos para reduzir o isolamento dessas mulheres, ampliando suas sociabilidades. Entre esses espaços, já associando o ambiente público à esfera profissional da vida dessas produtoras, alguns tendem a ser mais relevantes, como as organizações, associações, grupos de mulheres e cooperativas. Principalmente quando esses encontros contemplam uma presença ampla de mulheres – e não apenas de homens –, elas são definidas pela literatura especializada como uma espécie de “fronteira”, isto é, como um lugar de diálogo, socialização e também como uma oportunidade para aprimorar habilidades profissionais (PENUNIA, 2014; SERPOSSIAN, COQUIL, ANNES, 2022).

Não obstante, com a presença e participação ativa de produtoras nesses espaços como associações, cooperativas e demais ações coletivas de profissionais rurais – estes, majoritariamente ocupados por homens –, não seria apenas a questão do isolamento dessas mulheres que estaria sendo endereçada, mas, também a dimensão da formação profissional delas:

Estas redes e organizações criam espaços situados na fronteira entre um lugar de diálogo (criam oportunidades de convívio) e um espaço de aquisição de competências profissionais. De fato, a aquisição de novas competências técnicas para provocar mudanças na exploração agrícola está a tornar-se um objetivo principal destas organizações e redes [...] (SERPOSSIAN, COQUIL, ANNES, 2022, p.3, tradução nossa).

Esses significados e importâncias da vivência no coletivo também nos foi revelado empiricamente por meio de oficinas participativas realizadas com produtoras rurais, ilustradas na figura 03. Nessas ocasiões, aquele espaço e atividade foram definidos como oportunidades de “aprender”; de “socialização de vivências”; de “aprender mais com as minhas companheiras” e de “incentivo”. Ainda nessa proposta de reflexão acerca da relevância do coletivo, foi retratado pelas produtoras o compartilhamento de um interesse de se desenvolver enquanto produtoras; de ter mais acesso a conhecimento técnico de culturas; de aprender sobre produção, processamento, preparo e comercialização, de ter apoio na distribuição de produtos, aumentar a produtividade etc. Isso foi manifestado, também, em respostas à questão “o que

significou estar aqui hoje?”, nas quais se destacaram falas como: “incentivo para o futuro e troca de experiências”; “pude trocar informações e compartilhar meu dia-a-dia”; “conhecimento”; “aprendizado”; “experiência” e “aprender a refletir sobre novos caminhos a serem tomados”.

Ainda nesse sentido, Serpossian, Coquil e Annes (2022), ao analisarem um grupo de produtoras rurais chamaram atenção para o fato de como essa busca por conhecimento acerca de aspectos técnicos da produção estavam intimamente relacionados a participação em tomadas de decisão, isto é, ao saberem mais sobre esses aspectos considerados importantes, as mulheres sentiam que teriam mais espaço e reconhecimento por parte de seus parceiros e outros profissionais e portanto, poderiam passar a ter uma voz mais ativa nos aspectos produtivos e processos decisórios.

Figura 03: Oficinas participativas com grupos de mulheres produtoras rurais



Fonte: Acervo próprio / atividades de campo.

Dessa maneira, a ocupação das produtoras rurais em ambientes como esses possui a capacidade de desenvolver as problemáticas relacionadas ao aspecto identitário e de formação e desenvolvimento profissional – sendo o espaço coletivo muito valorizado, por elas, para esses fins. Como desdobramento disso, outros aspectos do cotidiano – público e privado – dessas produtoras emerge: a divisão do trabalho e o processo de tomada de decisões. É sobre eles que nos debruçaremos nas linhas a seguir.

As mulheres na produção rural: organização, divisão do trabalho e tomada de decisão

Em debates que se propõem a analisar a divisão sexual e social do trabalho a partir de uma perspectiva atenta ao recorte de gênero, algumas elucidações conceituais costumam ser realizadas. São elas: a construção social acerca dos papéis de gênero e os estereótipos de trabalhos “leves” e pesados”; a dupla jornada de trabalho; o trabalho invisível, entre outras. Acreditando que nas seções acima tais conceitos foram aplicados ao contexto das mulheres na produção rural, nessa seção, objetivamos aprofundar esse debate, considerando, portanto, como os aspectos de divisão do trabalho se relacionam aos processos e dinâmicas que envolvem a tomada de decisão.

Debruçando-se sobre essa temática, Darque (1988) alerta para o fato de que a designação do trabalho doméstico às mulheres constitui uma chave interpretativa de máxima importância na relação entre os gêneros e a estrutura familiar, ou melhor, do negócio familiar – afetando, com isso, diretamente a divisão do trabalho. Isso significa que pensar o papel dessas mulheres na dinâmica da agricultura familiar envolve considerar, invariavelmente, a dimensão do trabalho doméstico em conjunto com o trabalho no campo – no qual, assim como dentro de casa, elas costumam ser designadas à determinadas funções pré-estabelecidas por um imaginário social a respeito da divisão sexual do trabalho (WHATMORE, 1991).

Dessa forma, “o que se espera destas mulheres é um trabalho que invade a totalidade da sua existência, incluindo a vida familiar, uma jornada dupla contínua” [...] (DARQUE, 1988, p.274, tradução nossa). Isso não só foi evidenciado nas respostas obtidas com a aplicação do questionário, como também se manifestou diretamente através das falas de produtoras rurais nas oficinas participativas. Nessas ocasiões, elas tiveram a oportunidade de compartilhar as suas rotinas e discursos como “*se eu pego para fazer, eu tenho que fazer tudo*” e “*não dá tempo de sofrer*” foram comuns – assim como uma constante alusão a falta de tempo.

Diante desse contexto, ainda para Darque (1988), devido a divisão sexual e social na agricultura familiar – que confunde “fronteiras” entre o ambiente doméstico e o campo – a mulher ficaria desprovida de um *status* “oficial” dentro da fazenda, tendo suas funções reduzidas a avaliações que as classificam como trabalhos “menores” e mais “leves”.

Ainda que isso não represente completamente o contexto que observamos empiricamente, parece ser possível afirmar que na produção rural, de modo geral, as atividades dessas mulheres são consideradas – por elas, em determinadas ocasiões, mas, principalmente na dinâmica familiar e social de modo geral – uma mera “ajuda” ao trabalho do marido – este sim, considerado o “produtor rural”. Com isso, cria-se a noção de a família continua sendo seu maior “investimento” e devido a sua constante “disponibilidade”, ela acaba se tornando uma mão-de-obra reserva para o marido (DARQUE, 1988).

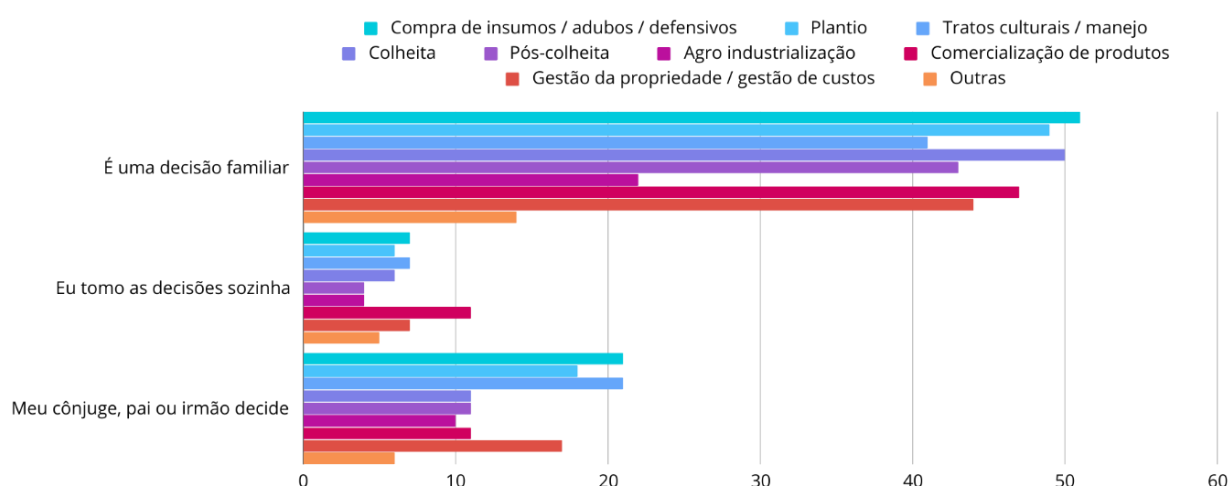
Essa dinâmica descrita acima, que é atravessada por questões relativas à identidade dessas mulheres enquanto produtoras rurais; pela divisão de tarefas em casa e no campo, e pela percepção individual e social de que o produtor rural é o homem, afetam diretamente os processos de tomada de decisão – seja elas decisões rotineiras relacionadas a produção, ou decisões estratégicas. No Gráfico 2, expomos como se delinearão as respostas a respeito das tomadas de decisões diárias a respeito da produção. Com essa síntese gráfica é possível notar, em cada aspecto produtivo, como esse processo decisório se organiza.

Os dados obtidos com as respostas das produtoras acerca dos processos de tomada de decisão indicam, nesse sentido, que elas acontecem, em sua grande maioria, em um contexto de decisão familiar. Cruzando outras duas respostas do questionário (tal sejam a) como são tomadas decisões estratégicas? e b) de uma maneira geral, como você classificaria a sua

participação nas tomadas de decisão?), é possível verificar um certo descompasso entre as respostas, vez que embora 76% delas terem afirmado que as decisões estratégicas são tomadas em família, 45% classificam como média a sua participação em tomadas de decisão. Indica-se, com isso, a necessidade de uma investigação mais aprofundada no sentido de compreender o quanto suas opiniões são consideradas nessas discussões familiares.

Isso se reforça ao compararmos, ainda no Gráfico 2, as duas últimas seções que ilustram o fato de que, quando as decisões saem do ambiente familiar e passam a ser individualizadas (seja por elas sozinhas ou por seus maridos, pais ou irmãos), existe uma notável disparidade de gênero, com maior atuação dos homens dessas famílias nos processos decisórios.

Gráfico 02: Como são tomadas as decisões diárias a respeito da produção?



Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Não obstante, diante do exposto na bibliografia e nas reflexões acerca das atividades que realizamos diretamente com as produtoras, encontramos-nos diante de um cenário paradoxal. Isto é, coexistem descrições de contextos nos quais as dinâmicas familiares são mais fechadas e pouco afeitas a alterações e, portanto, impedem a ascensão de um protagonismo feminino e, por outro lado, um retrato no qual, as mulheres, identificando a falta de espaço para si, decidem cria-lo por iniciativa própria – um paradoxo observável tanto na revisão da bibliografia especializada quanto empiricamente.

Dessa forma, a falta de espaço – ou a ocupação de espaços reduzidos ou indesejados – sentida por elas na divisão do trabalho dentro de um contexto mais tradicional das atividades produtivas, fez com que emergissem o interesse e a necessidade de criar um espaço para si (ANNES; WRIGHT, 2015). Essa movimentação é retratada pela bibliografia especializada como atividades que preveem a criação de um novo nicho de produção ou de serviço prestado. Esses “novos” ofícios acabam ficando, assim, sob suas responsabilidades e possibilitando com que haja mais espaço para o desenvolvimento da autonomia dessas mulheres, além de se aumentar o poder de decisão – já que elas se tornam as responsáveis por aquele “nicho”. Exemplo disso – recorrente na bibliografia especializada – é o caso do desenvolvimento do turismo rural, que se relaciona diretamente à ideia de uma agricultura multifuncional, na qual são oferecidos serviços como o contato com a natureza e atividades culturais (ANNES; WRIGHT, 2015).

Além da criação de novos produtos ou serviços, esse movimento de estabelecer um espaço para si também pode vir pela inclusão de novos processos de beneficiamento de culturas já produzidas. Esse é um exemplo do caso observado empiricamente pelas autoras deste trabalho com produtoras de café especial da região do Norte Pioneiro do Paraná. Pela produção de cafés especiais, isto é, um café de alta qualidade que, diferentemente do café tradicional/comum, demanda a adição de uma série de processos pré e pós colheita, lograram alcançar novos espaços na divisão do trabalho e, conseqüentemente, nas tomadas de decisão, principalmente na comercialização desse novo produto.

Esse aumento na participação na produção e da autonomia dessas produtoras também foi possível de observar nas oficinas participativas realizadas com esse grupo de produtoras. Nesse contexto, quando questionadas sobre quem elas eram antes da criação do grupo de mulheres em 2013, algumas respostas se destacam por evidenciar a importância do coletivo na construção identitária dessas mulheres como produtoras, bem como na sua participação e reconhecimento na produção de cafés, são elas: *“tive mais coragem de falar”*; *“passei a interagir mais com a comunidade”*; *“eu era a mulher de fulano...”*; *“era invisível na cafeicultura”*.

Não obstante, ao buscarem construir um espaço para si, as produtoras rurais também precisam lidar com a reação de terceiros. Assim, ao propor uma nova atividade rural e conduzi-la com protagonismo é comum encontrarmos relatos de resistência por parte dos seus familiares (pais, maridos, irmãos, tios etc.), vez que essas movimentações acabam por alterar a dinâmica familiar e da divisão do trabalho produtivo e reprodutivo – um aspecto notório nas falas das produtoras, mas também destacado na bibliografia:

No caso das comunidades agrícolas patriarcais, as narrativas sociais sobre o que constituem bons agricultores entram em conflito quando as mulheres quando as mulheres decidem transgredir do seu papel socialmente inscrito de "dona de casa" e se auto identificam como agricultoras no espaço público. A articulação da identidade "agricultor" pelas mulheres erode o estereótipo de gênero de que é preciso ser "duro, forte, dominante e masculino" para ser um bom agricultor (ver também Hassanein, 1999, p. 49). Além disso, as mulheres agricultoras saem do seu papel subordinado e marginalizado de esposas de agricultores quando articulam as funções de tomada de decisão e de aquisição de conhecimentos como operadoras agrícolas (TRAUGER, 2007, p. 298, tradução nossa).

Com isso, começa a ser sentido um movimento nas conformações patriarcais, nas quais as mulheres passariam a criar, conforme definido por Annes e Wright (2015), “espaços de resistência”. Assim sendo, em um movimento de revisão das conformações laborais na produção rural, seja criando um novo espaço para si, seja demandando mais espaço, autonomia e poder decisório, notou-se, a partir da revisão bibliográfica, mas, principalmente, a partir das oficinas participativas, que essas mulheres parecem ter encontrado no ambiente do coletivo um espaço no qual é possível resistir aos empecilhos impostos por aqueles avessos às mudanças. Mais do que um espaço de trocas profissionais e de socialização, os grupos possuem um caráter de acolhimento e compartilhamento de vivências e, portanto, de fortalecimento e afirmação (PENUNIA, 2011).

É nesse sentido que, assim como pontuado Annes e Wright (2015), o empoderamento feminino e a tomada de consciência – ambos processos intrinsecamente interligados com a questão identitária, divisão do trabalho e tomada de decisão –, compõem a discussão e devem

ser entendidos como processos contínuos, e, principalmente, coletivos. Assim, o empoderamento feminino, pode ser compreendido em um processo de três partes, são elas:

(1) tomar decisões, agir sobre elas e exercer a criatividade ("*power to*"), e, e, neste processo, adquirir novos recursos e competências, bem como encontrar o seu espaço pessoal na produção rural; (2) ser capaz de organizar-se coletivamente para atingir objetivos ("*power with*") e, neste processo ganhar coletivamente novos recursos e competências; (3) identificar fontes de opressão e aumentar a autoestima ("*power within*") – que pode ser abordado como um desafio às representações culturais dominantes – e tornar visíveis na esfera pública suas capacidades e competências exercidas no âmbito privado (ANNES; WRIGHT, 2015, p. 3, tradução nossa).

O empoderamento feminino no contexto rural, portanto, não se trata de um ponto final, uma linha de chegada, na trajetória dessas mulheres, mas sim uma jornada na qual seus interesses profissionais e pessoais possam passar a serem pensados e desenvolvidos, para além das demandas de seus pais, maridos e filhos. Dessa maneira, pensar a emancipação dessas mulheres envolve considerar, conjuntamente, processos distintos – como a construção identitária, a divisão social do trabalho e a tomada de decisão – mas que estão intrinsecamente relacionados e interligados.

4. Considerações finais

Tendo como pano de fundo a atuação das mulheres na produção rural, ao longo deste trabalho buscamos relacionar e analisar três principais elementos encontrados no levantamento e análise da bibliografia especializada sobre o tema: a tomada de decisão, a divisão do trabalho e a questão identitária. Contando, também, com respostas obtidas através de um questionário aplicado às mulheres produtoras rurais no Paraná e com o trabalho empírico em oficinas participativas com esses mesmos agentes, complementamos as discussões identificadas na bibliografia, buscando, com isso, apreender e aprofundar as noções sobre a condição dessas mulheres e os seus espaços na produção rural.

Com isso, foi possível notar que embora ainda existam amarras – principalmente impostas pela conformação patriarcal das sociedades – que impedem com que as mulheres se alcem às mesmas posições ocupadas pelos homens na produção rural, existem movimentos orgânicos para a mudança dessa condição. Nesse sentido, ações que fortaleçam tais iniciativas e que ofereçam as ferramentas necessárias para o desenvolvimento profissional dessas mulheres são extremamente relevantes para construir um ambiente mais justo e igualitário na agricultura familiar.

Da mesma maneira, a própria existência de espaços nos quais essas mulheres possam, em coletivo, se ouvirem e conhecerem mais sobre as suas histórias, rotinas, anseios para o futuro etc. – como as oficinas participativas – demonstraram ser um importante espaço de socialização. Mais do que isso, a aproximação dessas produtoras rurais em um coletivo atua, também, como um ambiente de *networking*, de aproximação da comunidade e de aprimoramento de técnicas produtivas. Soma-se a isso, também, a necessidade do fortalecer a participação e representação de mulheres em espaços de poder no âmbito da agricultura – sindicatos, cooperativas, associações etc. – para que, assim, as suas demandas sejam ouvidas e legitimadas.

Diante desse contexto, é interessante observar como essas movimentações das mulheres na produção rural afetam não apenas as suas próprias vivências no campo – seja no âmbito

individual ou mesmo coletivo. Isto é, ao movimentarem as conformações existentes na dimensão produtiva – por meio da alteração das suas inserções no campo –, essas mulheres acabam promovendo uma mudança maior na própria produção rural. Isso porque, na prática, como as mulheres atualmente estão mais envolvidas em abordagens mais alternativas e inovadoras (agroturismo, produção de orgânicos, agroindústria etc.) – até mesmo criando novos nichos e produtos –, elas promovem um novo olhar para o ambiente rural e para novas práticas agrícolas. De um ponto de vista teórico, por outro lado, essas movimentações das mulheres na produção agrícola contribuem ao trazer mudanças em um cenário mais amplo na organização do trabalho – que, por sua vez, se relaciona diretamente à diversificação das atividades e sustentabilidade ((SERPOSIAN; COQUIL; ANNES, 202; TRAUGER, 2007).

É nesse sentido que as demandas de mulheres no ambiente rural se diferenciam, por exemplo, de algumas demandas de mulheres pertencentes ao contexto urbano, reforçando a necessidade de considerar a complexidade existente nas diferentes formas de existir na condição de mulher em uma sociedade patriarcal. Por isso, demandas como acesso a renda; acesso igualitário à terra; acesso a documentação e conhecimentos sobre seus direitos enquanto cidadã; autonomia na atividade produtiva; participação em decisões estratégicas e na comercialização etc. fazem muito mais sentido do que outras pautas recorrentes no ambiente urbano (PAULILO, 2004).

Por fim, assim como pontuado por Serpossian, Coquil e Annes (2022), acredita-se que ainda existe um longo caminho na construção de condições igualitárias e justas para as mulheres na produção rural e, talvez, um começo possível deva considerar, ao menos, os seguintes eixos: a) reconhecimento do trabalho realizado (inclusive do trabalho invisível); b) adaptação na divisão de trabalho e nas dinâmicas de tomada de decisão e c) desenvolvimento e aprimoramento de práticas de “*know-how*”. Entende-se, finalmente, que com a adoção de ações nesse sentido, movimentações de contestação já existentes podem ser fortalecidas e um novo futuro na produção rural e na agricultura familiar pode vir a ser vislumbrado.

5. Agradecimentos

Agradecemos o apoio financeiro da Fundação Araucária, órgão responsável pelo fomento ao projeto de pesquisa e extensão que embasa o presente trabalho. Também destacamos nossos agradecimentos às produtoras rurais que responderam ao questionário e/ou participaram das oficinas, bem como aos extensionistas do IDR-PR, que nos auxiliaram nas etapas de questionário e nas oficinas participativas.

6. Referências

ANNES, A., and WRIGHT, W. **Creating a room of one's own'**: French farm women, farm Tourism and the pursuit of empowerment. *Women Stud. Int. Forum*, 2015.

BERLAN DARQUE, M. **The division of labour and decision-making in farming couples: Power and negotiation.** *Sociologia Ruralis*, 1988.

CABRAL, M. F. G.; SANTOS, C. A. B.; MARQUES, G. M. **Participação feminina nas Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil.** Brasília: Embrapa, 2023. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1153971/1/Participacao-feminina-nas-Comunidades-que-Sustentam-a-Agricultura-no-Brasil06-2023.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2024.

CONTZEN, S., & FORNEY, J. **Family farming and gendered division of labour on the move: a typology of farming-family configurations**. Agriculture and Human Values, 2016.

DELIND, Laura. Organic farming and social context: a challenge for us all. **American Journal of Alternative Agriculture**, n. 9, 1994, pp. 146–147.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017.

NASCIMENTO, Antonia Soares do; MOTA, Dalva Maria. O conceito de autonomia em estudos sobre mulheres. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, Espanha, jan. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**, 2015. Disponível em <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> . Acesso em: 23 mai 2022.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: Uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 229-252, janeiro-abril, 2004.

PENUNIA, E. **The Role of Farmers' Organizations in Empowering and Promoting the Leadership of Rural Women**, 2011. Disponível online em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw56/egm/Penunia-EP-12-EGM-RW-Oct-2011.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2024.

SERPOSSIAN, Emilie, et al. **Involvement of women farmers in the agro-ecological transition and transformation of their work**: Chronicle of the agricultural organization Groupe Femmes 44". *Frontiers in Sustainable Food Systems*, vol. 6, novembro de 2022.

TRAUGER, A. **'Because they can do the work'**: women farmers in sustainable agriculture in Pennsylvania, USA. *Gender Place Cult. J. Feminist Geogr*, 2007.

WHATMORE, S. Life cycle or patriarchy? Gender divisions in family farming. **Journal of Rural Studies**, 1991.